

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2023

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstrações contábeis regulatórias

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS	01
BALANÇO PATRIMONIAL	05
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	06
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE	07
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	08
DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	09

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. SETOR ELÉTRICO NO BRASIL.....	10
3. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS ..	11
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS.....	12
5. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	13
6. IMOBILIZADO	14
7. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES	16
8. PROVISÃO PARA LITÍGIOS.....	18
9. DIVIDENDOS DECLARADOS.....	18
10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
11. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	21
12. PESSOAL E ADMINISTRADORES	21
13. RECONCILIAÇÃO DAS TAXAS EFETIVAS E NOMINAIS DA PROVISÃO PARA O IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
14. REVISÃO E REAJUSTE TARIFÁRIO	22
15. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL E DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS REGULATÓRIOS E SOCIETÁRIOS	22
16. CONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	27
17. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO SOCIETÁRIO E REGULATÓRIO	27
18. EVENTOS SUBSEQUENTES.....	27

TERMO DE RESPONSABILIDADE

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

À Diretoria da
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela diretoria com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis podem não ser adequadas para outro fim.

Outros assuntos

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. elaborou um conjunto de demonstrações contábeis separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 25 de março de 2024.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 29 de abril de 2024

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F

A handwritten signature in blue ink, consisting of several fluid, overlapping strokes, is positioned above the printed name of the signatory.

Carlos Santos Mota Filho
Contador CRC-PE020728/O

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	168	152	Fornecedores		5.703	6.084
Investimentos temporários	7.3	58.755	65.179	Obrigações sociais e trabalhistas		150	-
Concessionárias e permissionárias	5	24.202	18.544	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	35.576	35.438
Serviços em curso		726	379	Tributos a recolher		11.863	9.658
Tributos compensáveis		11.897	15.305	Dividendos declarados	9	4.140	3.656
Outros ativos circulantes		1.368	2.041	Encargos setoriais		2.191	1.362
Total do ativo circulante		97.116	101.600	Outros passivos circulantes		3.438	1.685
				Total do passivo circulante		63.061	57.883
Não circulante				Não Circulante			
Tributos compensáveis		30	30	Empréstimos, financiamentos e debêntures	7	627.931	647.308
Imobilizado	6.1	836.639	833.660	Tributos diferidos		46	46
Intangível	6.2	30.197	32.614	Total do passivo não circulante		627.977	647.354
Total do ativo não circulante		866.866	866.304				
				Patrimônio líquido	10		
				Capital social		171.171	171.171
				Reservas de lucro		101.773	91.496
				Total do patrimônio líquido		272.944	262.667
Total do ativo		963.982	967.904	Total do passivo e patrimônio líquido		963.982	967.904

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	2023	2022
Operações em continuidade			
Receita / Ingresso	11	204.660	181.603
Transmissão de energia elétrica		204.660	181.603
Tributos		(17.544)	(16.040)
PIS-PASEP		(3.178)	(2.901)
COFINS		(14.362)	(13.139)
ISS		(4)	-
Encargos - Parcela "A"		(2.559)	(2.286)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.827)	(1.628)
Taxa de fiscalização		(732)	(658)
Receita líquida / Ingresso líquido		184.557	163.277
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(64.556)	(32.493)
Pessoal e administradores	12	(4.251)	(2.825)
Material		(484)	(673)
Serviços de terceiros		(4.987)	(4.761)
Arrendamento e aluguéis		(74)	(109)
Depreciação e amortização		(54.390)	(23.808)
Outros		(370)	(317)
Resultado da Atividade		120.001	130.784
Resultado Financeiro		(43.692)	(57.650)
Receitas financeiras		10.245	5.747
Despesas financeiras		(53.937)	(63.397)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		76.309	73.134
Despesa com impostos sobre o lucro	13	(8.840)	(5.977)
Lucro líquido do exercício		67.469	67.157
Lucro por ação			
Básico - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,3942	0,3923
Diluído - Lucro do Exercício Atribuível a Acionistas Controladores Detentores de Ações Ordinárias		0,3942	0,3923

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do exercício	<u>67.469</u>	<u>67.157</u>
Total de Resultado Abrangentes do Exercício, Líquidos de Impostos	<u>67.469</u>	<u>67.157</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

		Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
	Nota				
Saldos em 31 de dezembro de 2021		<u>171.171</u>	<u>43.540</u>	<u>-</u>	<u>214.711</u>
Lucro do exercício		-	-	67.157	67.157
Dividendos adicionais de 2021 distribuídos		-	(15.545)	-	(15.545)
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva de incentivo fiscal		-	17.542	(17.542)	-
Constituição de reserva legal		-	4.106	(4.106)	-
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(780)	(780)
Constituição de dividendos adicionais propostos		-	20.291	(20.291)	-
Constituição de reserva de investimento e expansão		-	24.438	(24.438)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(2.876)	-	(2.876)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		<u>171.171</u>	<u>91.496</u>	<u>-</u>	<u>262.667</u>
Lucro do exercício		-	-	67.469	67.469
Dividendos adicionais de 2022 distribuídos		-	(20.291)	-	(20.291)
Destinação do lucro:					
Constituição de reserva de incentivo fiscal	10.2.a	-	24.479	(24.479)	-
Constituição de reserva legal	10.2.b	-	5.194	(5.194)	-
Dividendo intermediário distribuídos		-	(2.500)	(30.261)	(32.761)
Constituição de dividendos mínimos obrigatórios		-	-	(987)	(987)
Constituição de reserva de investimento e expansão	10.2.c	-	-	-	-
Constituição de dividendos adicionais propostos	10.2.d	-	27.772	(27.772)	-
Realização da reserva de lucros a realizar		-	(3.153)	-	(3.153)
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	10.2.e	-	(21.224)	21.224	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>171.171</u>	<u>101.773</u>	<u>-</u>	<u>272.944</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	67.469	67.157
Despesas (receitas) que não afetam o caixa e equivalente de caixa		
Depreciação e amortização do imobilizado e intangível	54.390	23.808
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	51.080	61.364
Rendimentos de aplicações financeiras	(10.738)	(6.014)
Imposto de renda e contribuição social (corrente)	8.840	5.977
Outras despesas	-	19
	171.041	152.311
Redução (Aumento) de Ativos		
Concessionários	(5.658)	(2.011)
Tributos compensáveis	6.042	(1.593)
Serviço em curso	(347)	(379)
Outros ativos	673	(268)
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(381)	749
Obrigações sociais e trabalhistas	150	-
Encargos setoriais	829	593
Tributos a recolher	265	31
Imposto de Renda e Contribuição Social	(20)	(104)
Outros passivos	1.753	445
Caixa gerado pelas atividades operacionais	174.347	149.774
Pagamento de juros	(40.734)	(56.149)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(9.514)	(5.273)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	124.099	88.352
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Resgates/ Aplicações financeiras	17.162	(56.497)
Aquisições no ativo imobilizado	(54.952)	(18.451)
Aquisições no ativo intangível	-	(111)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos	(37.790)	(75.059)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Amortização de empréstimos e financiamentos	(29.585)	(28.378)
Dividendos pagos	(56.708)	(15.553)
Caixa líquido aplicado das atividades de financiamento	(86.293)	(43.931)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	16	(30.638)
Demonstração da variação do caixa e equivalentes a caixa		
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	152	30.790
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	168	152
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa	16	(30.638)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. (“Outorgada”), sociedade de propósito específico, anônima de capital aberto, constituída em 02 de junho de 2017, controlada pela Equatorial Transmissão S.A. empresa do grupo Equatorial Energia S.A, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de Brasília, Distrito Federal, no ST SCS - B, Quadra nº 09, Bloco A, Sala 1201, Parte 8, Centro Empresarial Parque Cidade, Asa Sul, CEP 70.308-200. A Outorgada tem por objetivo explorar e operar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para construção, montagem, operação e manutenção de instalações de transmissão no estado do Pará, de acordo com Edital do Leilão nº 05/2016 - Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), consistente na:

- (a) Linha de Transmissão (LT) Xingu - Altamira, em 230^(*) kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 61^(*) km, com origem na Subestação Xingu e término na Subestação Altamira;
- (b) Linha de Transmissão (LT) Altamira - Transamazônica, em 230^(*) kV, circuito dois, circuito simples, com extensão aproximada de 188^(*) km, com origem na Subestação Altamira e término na Subestação Transamazônica;
- (c) Linha de Transmissão (LT) Transamazônica - Tapajós, em 230^(*) kV, circuito um, circuito simples, com extensão aproximada de 187^(*) km, com origem na Subestação Transamazônica e término na Subestação Tapajós;
- (d) Subestação Tapajós (SE), em 230/138 - 13,8 kV^(*) Tapajós (2 x 150 MVA)^(*);
- (e) Compensador Síncrono de reativos (-75/+150 MVAR^(*)) com transformadores e demais equipamentos associados; e
- (f) Compensador Síncrono de reativos (-55/+110 MVAR^(*)) com transformadores e demais equipamentos associados.

A Outorgada tem prazo de 30 (trinta) anos a partir da assinatura do contrato de Concessão, ou o tempo necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão.

(*) Informação não auditada.

1.1 Contrato de concessão de transmissão de energia elétrica

O Contrato de Concessão nº048/2017 assinados entre a ANEEL e a Outorgada em 21 de julho de 2017, estabelecem regras a respeito de tarifa, regularidade, continuidade, segurança, atualidade e qualidade dos serviços e do atendimento prestado aos consumidores. O contrato de concessão também estabelece como obrigações de desempenho a construção, manutenção e operação da infraestrutura de transmissão. O prazo de concessão são 30 (trinta) anos, com vencimento em 20 de julho de 2047, podendo ser renovado por igual exercício, a critério exclusivo do poder concedente.

A Outorgada está autorizada a operar por meio da Licença de Operação nº 12.780/2021, com validade até 22 de setembro de 2024, tendo sua renovação requerida num prazo mínimo de 120 (cento e vinte) dias, antes do término da sua validade.

2 Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

A transmissão de energia elétrica disponibilizada pela Outorgada é efetuada de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de transmissão.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Outorgada está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

As demonstrações contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis.

Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador para Demonstrações Contábeis determinadas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) aprovado pela Resolução Normativa nº 933, de 28 de maio de 2021. As Demonstrações Contábeis Regulatórias são separadas das Demonstrações contábeis estatutárias societárias da outorgada. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 15 – Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatório e societário.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras distintas das informações preparadas totalmente em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial de uma empresa apresentar diferença de valores pela aplicação diferenciadas de algumas normas contábeis societária e regulatória, estas diferenças estão explicadas em notas explicativas, para melhor entendimento do leitor, conforme apresentado nas demonstrações contábeis regulatórias preparadas de acordo com estas práticas.

A emissão das demonstrações contábeis regulatórias foi autorizada pela Administração da Outorgada em 29 de abril de 2024.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

4 Principais práticas contábeis regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias emitidas em 25 de março de 2023, exceto ao CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente, CPC 48 – Instrumentos Financeiros e quanto ao que se estabelece abaixo:

4.1 Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução nº. 674 de 11 de agosto de 2015 vigente emitida pelo Órgão Regulador.

O valor residual é determinado considerando a premissa de existência de indenização de parcela não amortizada de bens pela taxa de depreciação regulatória e o prazo de vigência da concessão. O valor residual de um ativo pode aumentar ou diminuir em eventuais processos de revisão das taxas de depreciação regulatória.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

4.2 Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros é prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

A Outorgada agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias e cambiais, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e cambiais e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

No reconhecimento do custo do ativo imobilizado, a Outorgada tem incluído parte dos custos suporte, são os custos acessórios e auxiliares necessários a realização das obras, alocados inicialmente nas estruturas organizacionais relacionadas diretamente com investimentos (superintendências, departamentos, divisões, gerências etc.) representadas por um coletor de custos. Essas estruturas são necessárias as etapas de formação dos ativos e devem estar vinculados as atividades de projeto, gerenciamento, montagem e fiscalização, o qual por sua vez é incluído no processo de revisão tarifária, ou seja, gerando benefícios econômicos futuros.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

4.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

4.4 Receita líquida/Ingresso líquido

A receita operacional do curso normal das atividades da Outorgada é medida pelo valor da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional referente a transmissão de energia é reconhecida quando o ONS apura/reconhece os valores que a Outorgada tem o direito de faturar dos demais agentes do setor de energia elétrica, conforme previsto em contrato de prestação de serviços entre o Poder Concedente e a Outorgada.

5 Concessionárias e permissionárias

Em 31 de dezembro de 2023, a Outorgada passa a constituir um contas a receber, registrado mensalmente através da Receita Anual Permitida (RAP), que será recebida durante o prazo definido no contrato de concessão.

A Outorgada não contabiliza provisão para créditos de liquidação duvidosa, pois como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária.

Os saldos de concessionárias e permissionárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são:

Descrição	Corrente a vencer	Corrente a vencida				Total 2023	Total 2022
	Até 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		
Encargos de Uso da Rede Elétrica	20.598	1.364	867	218	1.155	24.202	18.544
Total	20.598	1.364	867	218	1.155	24.202	18.544

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

6 Imobilizado e Intangível

6.1 Imobilizado

A composição do imobilizado é como segue:

Ativo Imobilizado em Serviço R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transfe- rências (C)	Outros	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreci- ação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Transmissão	851.999	-	-	-	851.999	-	(90.532)	761.467	813.440
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	24.624	-	-	-	24.624	-	(2.991)	21.633	23.503
Máquinas e Equipamentos	826.721	-	-	-	826.721	-	(87.427)	739.294	789.304
Veículos	654	-	-	-	654	-	(114)	540	633
Móveis e Utensílios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Subtotal	851.999	-	-	-	851.999	-	(90.532)	761.467	813.440
Ativo Imobilizado em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Transfe- rências (C)	Outros (D)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)+(D)	Depreci- ação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Transmissão	20.220	54.958	-	(6)	75.172	54.952	-	75.172	20.220
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	142	-	-	142	142	-	142	-
Máquinas e Equipamentos	8.711	49.251	15.654	-	73.616	64.905	-	73.616	8.711
Veículos	714	-	-	-	714	-	-	714	714
Despesas pagas antecipadamente	10.795	5.565	(15.654)	(6)	700	(10.095)	-	700	10.795
Subtotal	20.220	54.958	-	(6)	75.172	54.952	-	75.172	20.220
Total do Ativo Imobilizado	872.219	54.958	-	(6)	927.171	54.952	(90.532)	836.639	833.660

Ativo Imobilizado R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023		2022	
		Valor Bruto	Depreciação e Amortização e Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Transmissão	3,16%	851.999	(90.532)	761.467	813.440
Custo Histórico		851.999	(90.532)	761.467	813.440
		851.999	(90.532)	761.467	813.440
Em Curso					
Transmissão		75.172	-	75.172	20.220
Custo Histórico		75.172	-	75.172	20.220
		75.172	-	75.172	20.220
Total do imobilizado		927.171	(90.532)	836.639	833.660

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do ativo imobilizado em curso - R\$ Mil	Material / equipamentos	Serviços de terceiros	Outros Gastos	Total
Edificações, obras civis e benfeitorias	-	142	-	142
Máquinas e equipamentos	23.167	26.069	15	49.251
Despesas pagas antecipadamente	5.565	-	-	5.565
Total das adições	28.732	26.211	15	54.958

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674 de 11 de agosto de 2015, são as seguintes:

Transmissão	Taxas anuais de depreciação
	(%)
Taxas anuais de depreciação (%)	
Condutor de Sistema	2,70%
Equipamento Geral	6,30%
Estrutura Geral	2,94%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na concessão. Para o exercício de 2023 não houveram adições nem baixas ao imobilizado em serviço.

6.2 Intangível

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Valor Bruto em 31/12/2023	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
Ativo Intangível em Serviço					
Transmissão	33.917	33.917	(3.759)	30.158	32.575
Servidões	21.537	21.537	-	21.537	21.537
Softwares	12.028	12.028	(3.684)	8.344	10.750
Outros	352	352	(75)	277	288
Subtotal	33.917	33.917	(3.759)	30.158	32.575
Ativo Intangível em Curso					
Administração	39	39	-	39	39
Softwares	39	39	-	39	39
Subtotal	39	39	-	39	39
Total do Ativo Intangível	33.956	33.956	(3.759)	30.197	32.614

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7 Empréstimos, financiamentos e debêntures

7.1 Abertura do endividamento – R\$ mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação / Repactuação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	5.471	30.105	627.931	663.507		-			-	-		-	-		
FDA 194MM	3.126	28.378	397.286	428.790	SIM	nov/19	Aval/Fiança	IPCA	1,62%	02/05/24	Semestral	02/05/24	01/11/38	Semestral	Semestral
1ª Emissão de Debêntures - 1A - 102MM	1.265	1.334	130.077	132.676	SIM	abr/19	Aval/Fiança	IPCA	4,85%	15/04/24	Semestral	15/04/24	15/04/39	Semestral	Outro
1ª Emissão de Debêntures - 2A - 87MM	1.080	1.126	110.962	113.168	SIM	abr/19	Aval/Fiança	IPCA	4,85%	15/04/24	Semestral	15/04/24	15/04/39	Semestral	Outro
Custo de Captação 1ª Emissão Debêntures	-	(529)	(7.566)	(8.095)	SIM	abr/19	Não há	Não há	0,00%	31/01/24	N.A.	31/01/24	15/04/39	N.A.	SAC
Custo de Captação FDA	-	(204)	(2.828)	(3.032)	SIM	ago/20	Não há	Não há	0,00%	31/01/24	N.A.	31/01/24	01/11/38	N.A.	SAC

7.2 Cronograma de amortização principal e juros de longo prazo

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo						
	2024	2025	2026	2027	2028	2029+	Total
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	32.542	34.988	37.437	39.885	42.333	440.746	627.931
FDA 194MM	28.378	28.378	28.378	28.378	28.378	255.396	397.286
1ª Emissão de Debêntures - 1A - 102MM	2.643	3.964	5.286	6.607	7.929	103.648	130.077
1ª Emissão de Debêntures - 2A - 87MM	2.254	3.379	4.506	5.633	6.759	88.431	110.962
Custo de Captação 1ª Emissão Debêntures	(529)	(529)	(529)	(529)	(529)	(4.921)	(7.566)
Custo de Captação FDA	(204)	(204)	(204)	(204)	(204)	(1.808)	(2.828)

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

7.3 Abertura dos ativos financeiros

Instituição / Linha credora	Juros de Curto Prazo	Principal	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
Ativos Financeiros	-	56.135	2.788	58.923	65.331
Caixa e aplicações financeiras					
Saldo final de caixa - Conta 111	-	30	-	30	24
Aplicação financeira CDB	-	138	-	138	128
Caixa e equivalentes de caixa - subtotal	-	168	-	168	152
Aplicação financeira Fundos DI	-	55.967	-	55.967	40.192
Aplicação financeira - Recursos vinculados	-	-	2.788	2.788	24.987
Investimentos temporários - subtotal	-	55.967	2.788	58.755	65.179

7.4 Composição do endividamento e dívida líquida

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo 2023	Saldo 2022
(+) Dívida Bruta	5.471	30.105	627.931	663.507	682.746
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	3.126	28.174	394.458	425.758	455.131
Debêntures Moeda Nacional	2.345	1.931	233.473	237.749	227.615
(-) Ativos Financeiros	-	(56.135)	(2.788)	(58.923)	(65.331)
Alta Liquidez	-	(56.135)	(2.788)	(58.923)	(65.331)
(+) Dívida Líquida I	5.471	(26.030)	625.143	604.584	617.415

7.5 Covenants e garantias dos empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos e financiamentos contratados pela Outorgada possuem garantias reais e *covenants* cujo não cumprimento durante o exercício de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais conforme segue:

- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na Outorgada, sendo menor ou igual a 4,5 (quatro inteiros e cinco décimos) com relação demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado entre 31 de dezembro de 2023; e
- Endividamento líquido dividido pelo EBITDA, medido na fiadora Equatorial Transmissão, após exoneração da fiadora Equatorial Energia, sendo menor ou igual a 5,0 (cinco inteiros) com relação as demonstrações contábeis referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Covenants debêntures

1ª debêntures

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Outorgada : <= 4,5

3,7

Dívida líquida/EBITDA ajustado - Fiadora : <= 5,0

4,7

Os indicadores acima obedecem fidedignamente aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam unicamente dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

definições acordadas. Não há diferenças conceituais relevantes entre os indicadores mencionados e as definições contábeis de dívida líquida e EBITDA.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada cumpriu todas as obrigações e esteve dentro dos limites estipulados nos contratos.

8 Provisão para litígios

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Outorgada com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, não julgou necessário constituir provisão, considerando que não há perdas prováveis estimadas com as ações processuais em curso. O total estimado de processos, em 31 de dezembro de 2023, cuja probabilidade foi classificada como possível é de R\$ 197 (R\$ 539 em 31 de dezembro de 2022), conforme segue:

	2023	2022
Trabalhista	77	356
Cível	120	183
Total	197	539

8.1 Trabalhistas

A Outorgada figura como ré em 1 processo trabalhista em 31 de dezembro de 2023 (1 processo em 31 de dezembro de 2022), referente à responsabilidade subsidiária. O processo nº 0000500-06.2020.5.08.0103 foi avaliado pela Administração, com base na análise da gerência jurídica da Outorgada com subsídio das atualizações processuais fornecidas por seus assessores legais externos, como possível, no montante de R\$ 77 (R\$ 356 em 31 de dezembro de 2022) para as quais não foi constituída provisão.

8.2 Cível

A Outorgada figura como ré em 3 processos cíveis em 31 de dezembro de 2023 (3 processos em 31 de dezembro de 2022), os quais, referem-se à danos materiais por constituição de servidão e servidão de passagem.

Em 31 de dezembro de 2023, dentre os processos com expectativa de perda possível, destaca-se como mais relevante o processo nº 0001322-11.2019.8.14.0071, de danos materiais por constituição de servidão no montante de R\$ 74 (R\$ 0 em 31 de dezembro 2022).

9 Dividendos declarados

Conforme o estatuto social da Outorgada, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor dos dividendos e da reserva legal deverão ser calculados tomando-se como base o resultado societário

Os dividendos foram calculados conforme a seguir demonstrado:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício (societário)	128.364	99.660
(-) Reserva de incentivo fiscal	(24.479)	(17.542)

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

(-) Reserva legal	(5.194)	(4.106)
Lucro líquido ajustado	98.691	78.012
Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	987	780
Dividendos adicionais	30.925	23.167
Dividendos adicionais propostos	3.153	20.291
Dividendos da reserva de lucros a realizar	27.772	2.876
Total dividendos mínimos e adicionais	31.912	23.947

A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada como segue:

Saldo em 31 de dezembro de 2021	8
Dividendos adicionais distribuídos de 2021	15.545
Dividendos mínimos obrigatórios de 2022	780
Dividendos da reserva de lucros a realizar	2.876
Pagamento de dividendos no exercício	(15.553)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.656
Dividendos adicionais distribuídos de 2022	20.291
Dividendos mínimos obrigatórios de 2023	987
Dividendos da reserva de lucros a realizar	3.153
Dividendos intermediários distribuídos	32.761
Pagamento de dividendos no exercício	(56.708)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	4.140

O artigo 193 da Lei nº 6.404/76 estabelece que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal”. Além disso, o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 estabelece que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. Dessa forma, em uma primeira análise, dado que “do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal” e, dado que a Reserva de Incentivos Fiscais somente pode ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório, a exclusão do saldo destinado à reserva de incentivos fiscais da “base de cálculo” da reserva legal, apontaria para um equívoco por parte das Outorgadas. Entretanto, os incentivos fiscais devem ser subtraídos da base de cálculo da reserva legal, pois devem ser integralmente destinados para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09).

10 Patrimônio Líquido

10.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Outorgada subscrito e integralizado é de R\$ 171.171.

Os acionistas da Outorgada integralizaram totalmente seu capital social até a data prevista de 31 de dezembro de 2023, conforme definido na Reunião do Conselho de Administração (RCA) de 18 de outubro de 2017.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o capital está representado por 171.170.601 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, todas em poder da Equatorial Transmissão S.A. Cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembleia Geral da Outorgada.

De acordo com o Estatuto Social, a Outorgada está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 330.000, sem necessidade de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

10.2 Reserva de lucros

	Nota	2023	2022
Reserva de incentivos fiscais	(a)	55.695	31.216
Reserva legal	(b)	23.205	18.011
Reserva para investimento e expansão	(c)	-	21.978
Reserva de dividendos adicionais propostos	(d)	27.772	20.291
(-) Proventos Excedentes da Contabilidade Societária	(e)	(4.899)	-
Total		101.773	91.496

a. Reserva de incentivos fiscais

É constituída a partir da parcela do lucro decorrente das subvenções para investimentos recebidas pela Outorgada. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo desta reserva é de R\$ 55.695 (R\$ 31.216 em 31 de dezembro de 2022), a movimentação do exercício de R\$ 24.479 contempla o efeito do benefício referente ao incentivo fiscal da SUDAM utilizado no exercício de 2023.

b. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos e aumentar o capital.

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, o mesmo reduz a base de cálculo da reserva legal.

De acordo com o parágrafo 6.3.25 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), o valor da reserva legal deverá ser calculado tomando-se como base o resultado societário.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva legal corresponde a R\$ 23.205 (em 31 de dezembro de 2022, R\$ 18.011).

c. Reserva de investimento e expansão

Reserva estatutária prevista no Art. 34, itens III do Estatuto Social, que faz referência ao Art. 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a operações de investimento e expansão da Outorgada, na finalidade de: (i) reforçar o capital de giro da Outorgada; e (ii) assegurar recursos para aquisição de participação no capital social de outras sociedades, consórcios e empreendimentos que atuem no setor de energia elétrica, através da sua Controladora. Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da reserva de lucros é de R\$ 0 (Em 31 de dezembro de 2022, R\$ 21.978).

d. Distribuição de dividendos adicionais

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede ao previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos sócios em assembleia. Em 25 de março de 2024, conforme divulgado em na nota explicativa nº 18 – Eventos subsequentes, foi aprovado a distribuição na integralidade da reserva no montante de R\$ 27.772 em 31 de dezembro de 2023 (R\$

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

20.291 em 31 de dezembro de 2022).

e. Proventos excedentes da contabilidade societária

É constituída em função dos efeitos de GAAP (*Generally Accepted Accounting Principles*) entre a contabilidade societária e regulatória. Conforme o MCSE, a reserva legal e todos os efeitos que impactam o caixa advindos da contabilidade societária, devem ser refletidos na contabilidade regulatória, e como ambas possuem resultados diferentes, todas as diferenças são registradas no grupo em questão.

11 Receita operacional líquida

	2023	2022
Transmissão de energia elétrica	204.660	181.603
Receita operacional bruta	204.660	181.603
Tributos	(17.544)	(16.040)
PIS	(3.178)	(2.901)
COFINS	(14.362)	(13.139)
ISS	(4)	-
Encargos – Parcela “A”	(2.559)	(2.286)
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	(1.827)	(1.628)
Taxa de fiscalização ANEEL	(732)	(658)
Total das deduções da receita	(20.103)	(18.326)
Receita operacional líquida	184.557	163.277

12 Pessoal e Administradores

Segue abaixo a abertura dos grupos de pessoal e de administradores conforme é requerido pelo Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE):

Pessoal e Administradores	2023	2022
Pessoal	(3.735)	(2.500)
Remuneração	(2.031)	(2.164)
Encargos	(961)	(4)
Previdência privada - Corrente	(22)	-
Participação nos lucros e resultados - PLR	(624)	(319)
Outros benefícios - corrente	(97)	(13)
Administradores	(516)	(325)
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	(516)	(325)
Total	(4.251)	(2.825)

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

13 Reconciliação das taxas efetivas e nominais da provisão para o imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados com base no lucro real às alíquotas de 25% para imposto de renda e 9% da contribuição social:

	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	76.309	73.134
Imposto de renda e contribuição social corrente (25% e 9%)	(25.945)	(24.865)
Efeitos fiscais sobre:		
Incentivos fiscais (a)	24.479	17.542
Ativo contratual - CPC 47	(7.374)	1.346
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(8.840)	(5.977)

- (a) A Outorgada obteve em 2020 o benefício do lucro da exploração concedido pela SUDAM (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia) referente a redução de 75% da receita líquida da atividade operacional.

14 Revisão e Reajuste Tarifário

14.1 Reajuste Tarifário Anual

A Outorgada receberá pela prestação do serviço público de transmissão a RAP que será ajustada anualmente, por meio de resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), no mês de julho de cada ano. Para o ciclo 2023-2024, que teve seu início no mês de julho de 2023, a RAP da Outorgada é de R\$ 184.079 (MM), homologado pela REH 3.216/2023. Para o ciclo de 2023-2024 o reajuste na receita da Outorgada foi de R\$ 6.971 (3,94%) em comparação ao previsto no contrato de concessão.

14.2 Revisão Tarifária Periódica

Em 13 de junho de 2023, a Diretoria da ANEEL emitiu a Resolução Homologatória – REH nº 3205/2023, que homologou o resultado parcial das Revisões Tarifárias Periódicas da Receita Anual Permitida - RAP dos Contratos de Concessão de Transmissão de Energia das transmissoras Licitadas, sendo um deles, o Contrato nº 48/2017 da Equatorial Transmissora 8 SPE S.A. O Índice de Reposicionamento Tarifário estabelecido foi de 0,61%, aplicado a partir de 1º de julho de 2023.

15 Conciliação do balanço patrimonial e demonstrações de resultados regulatórios e societários

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a mesma seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE. Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias, bem como as reclassificações entre rubricas realizadas nesta última com a finalidade de melhor análise de seus investidores.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Balanço patrimonial

Ativo	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	7.3	168	-	168	152	-	152
Investimentos temporários	7.3	58.755	-	58.755	65.179	-	65.179
Concessionárias e permissionárias		24.202	-	24.202	18.544	-	18.544
Serviços em curso		726	-	726	379	-	379
Tributos compensáveis		11.897	-	11.897	15.305	-	15.305
Despesas pagas antecipadamente	15.2	-	(702)	702	-	(10.794)	10.794
Outros ativos circulantes		1.368	-	1.368	2.041	-	2.041
Ativos de contratos	15.1	-	(224.694)	224.694	-	(195.289)	195.289
Total do ativo circulante		97.116	(225.396)	322.512	101.600	(206.083)	307.683
Não circulante							
Tributos compensáveis		30	-	30	30	-	30
Imobilizado	15.3	836.639	836.639	-	833.660	833.660	-
Intangível	15.4	30.197	29.920	277	32.614	32.325	289
Ativo de contratos	15.1	-	(1.241.833)	1.241.833	-	(1.159.390)	1.159.390
Total do ativo não circulante		866.866	(375.274)	1.242.140	866.304	(293.405)	1.159.709
Total do ativo		963.982	(600.670)	1.564.652	967.904	(499.488)	1.467.392

Passivo	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		5.703	-	5.703	6.084	-	6.084
Obrigações e sociais e trabalhistas		150	-	150	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures		35.576	-	35.576	35.438	-	35.438
Tributos a recolher	15.5	11.863	962	10.901	9.658	962	8.696
PIS e COFINS diferidos	15.6	-	(7.432)	7.432	-	(5.925)	5.925
Dividendos declarados		4.140	-	4.140	3.656	-	3.656
Encargos setoriais		2.191	-	2.191	1.362	-	1.362
Outros passivos circulantes		3.438	-	3.438	1.685	-	1.685
Total do passivo circulante		63.061	(6.470)	69.531	57.883	(4.963)	62.846
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures		627.931	-	627.931	647.308	-	647.308
PIS e COFINS diferidos	15.6	-	(164.739)	164.739	-	(146.655)	146.655
Tributos diferidos	15.6	46	(168.162)	168.208	46	(147.466)	147.512
Total do passivo não circulante		627.977	(332.901)	960.878	647.354	(294.121)	941.475
Total do passivo		691.038	(339.371)	1.030.409	705.237	(299.084)	1.004.321
Patrimônio líquido							
Capital social		171.171	-	171.171	171.171	-	171.171
Reserva legal		23.206	-	23.206	18.011	-	18.011
Reserva de lucros	10.2	78.567	(261.299)	339.866	73.485	(200.404)	273.889
Total do patrimônio líquido	16	272.944	(261.299)	534.243	262.667	(200.404)	463.071
Total do passivo e patrimônio líquido		963.982	(600.670)	1.564.652	967.904	(499.488)	1.467.392

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Demonstração do resultado

	Nota	2023			2022		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita / Ingresso		204.660	(110.361)	315.021	181.603	(40.970)	222.573
Transmissão de energia elétrica	15.7	204.660	204.660	-	181.603	181.603	-
Receita de remuneração de ativo de contrato		-	(207.933)	207.933	-	(189.977)	189.977
Receita de construção		-	(74.198)	74.198	-	(11.631)	11.631
Receita de O&M		-	(32.890)	32.890	-	(20.965)	20.965
Tributos		(17.544)	19.590	(37.134)	(16.040)	13.945	(29.985)
PIS-PASEP		(3.178)	3.445	(6.623)	(2.901)	2.447	(5.348)
Cofins		(14.362)	16.145	(30.507)	(13.139)	11.498	(24.637)
ISS		(4)	-	(4)	-	-	-
Encargos - Parcela "A"		(2.559)	-	(2.559)	(2.286)	-	(2.286)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D		(1.827)	-	(1.827)	(1.628)	-	(1.628)
Taxa de fiscalização		(732)	-	(732)	(658)	-	(658)
Receita líquida / Ingresso líquido		184.557	(90.771)	275.328	163.277	(27.025)	190.302
Custos não gerenciáveis - Parcela "A"		-	49.625	(49.625)	-	(8.611)	8.611
Variações das margens do ativo de contrato		-	-	-	-	(9.821)	9.821
Custo de construção		-	49.625	(49.625)	-	1.210	(1.210)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		184.557	(41.146)	225.703	163.277	(35.636)	198.913
Custos gerenciáveis - Parcela "B"		(64.556)	(40.445)	(24.111)	(32.493)	(15.498)	(16.995)
Pessoal e administradores		(4.251)	-	(4.251)	(2.825)	-	(2.825)
Material		(484)	-	(484)	(673)	-	(673)
Serviços de terceiros		(4.987)	13.933	(18.920)	(4.761)	8.300	(13.061)
Arrendamento e aluguéis		(74)	-	(74)	(109)	-	(109)
Depreciação e amortização		(54.390)	(54.378)	(12)	(23.808)	(23.798)	(10)
Outros		(370)	-	(370)	(317)	-	(317)
Resultado da Atividade		120.001	(81.591)	201.592	130.784	(51.134)	181.918
Resultado Financeiro		(43.692)	-	(43.692)	(57.650)	-	(57.650)
Receitas financeiras		10.245	-	10.245	5.747	-	5.747
Despesas financeiras		(53.937)	-	(53.937)	(63.397)	-	(63.397)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		76.309	(81.591)	157.900	73.134	(51.134)	124.268
Despesa com impostos sobre o lucro		(8.840)	20.696	(29.536)	(5.977)	18.631	(24.608)
Resultado líquido do exercício	17	67.469	(60.895)	128.364	67.157	(32.503)	99.660
Lucro líquido do exercício básico e diluído, por lote de mil ações - R\$		0,3942	-	0,7499	0,3923	-	0,5822
Quantidade de ações no final do exercício - em mil		171.171	-	171.171	171.171	-	171.171

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

15.1 Efeito de contabilização de contrato de concessão - Ativos de contrato

O ajuste de R\$ 1.466.527 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 1.354.679 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre a linha de ativo contratual regulatório e o societário, é decorrente da não aplicação do CPC 47 - Receita de contrato com cliente, na contabilidade regulatória.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com a legislação societária, o ativo contratual (infraestrutura em construção) é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativo contratual (infraestrutura em construção) pois a Outorgada terá o direito de (i) cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou (ii) receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para intangível da concessão. O ativo contratual (infraestrutura em construção) é reconhecido inicialmente pelo valor justo na data de sua aquisição ou construção, o qual inclui custos de empréstimos capitalizados.

15.2 Despesas pagas antecipadamente

O ajuste de despesas pagas antecipadamente é de R\$ 702 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 10.794 em 31 de dezembro de 2022). As despesas pagas antecipadamente são efetuadas para a construção/manutenção da linha de transmissão, na contabilidade regulatória as mesmas são classificados no imobilizado em curso. Já na contabilidade societária, as despesas pagas antecipadamente ficam em uma linha separada destacada no balanço, pois estas irão compor o ativo de contrato como os demais imobilizados, mas para o melhor controle, isso só ocorre à medida que essas despesas são baixadas, gerando essa diferença entre os balanços.

15.3 Imobilizado

O ajuste de R\$ 836.639 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 833.660 em 31 de dezembro de 2022) identificado entre o ativo imobilizado regulatório e os ativos de contrato e intangível societários, decorre da aplicação da legislação societária. Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

15.3.1 Depreciação

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo imobilizado e passariam a ser depreciados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1) e OCPC05 a partir do início da concessão.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

15.4 Intangível

O ajuste de R\$ 29.920 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 32.325 em 31 de dezembro de 2022), identificado entre o ativo intangível regulatório e o societário, é decorrente da aplicação da legislação societária, onde o ativo financeiro intangível operacional é reconhecido como ativo financeiro amortizados e indenizáveis de acordo com as determinações do ICPC01 (R1).

De acordo com a legislação regulatória são considerados como intangíveis: (i) os direitos de uso de *software* que são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por gastos realizados com a aquisição das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização produtiva de *softwares*, desvinculados de equipamentos tangíveis (*hardware*), e são amortizados linearmente, de acordo com a vida útil estimada do software e (ii) faixas de servidão são direitos de passagem para linhas de transmissão associadas à distribuição na área de concessão da Outorgada, e em áreas urbanas e rurais particulares, constituídos por indenização em favor do proprietário do imóvel.

15.4.1 Amortização

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os gastos relacionados as concessões eram capitalizadas no ativo intangível e passariam a ser amortizados, de acordo a taxa de depreciação determinada pelo órgão regulador. A Outorgada aplicou os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05 a partir do início da concessão.

15.5 Imposto de renda e contribuição social a recolher

Para melhor demonstração da adoção do CPC 47, a contabilidade societária referente ao exercício de 2018 foi reapresentada, com isso foram gerados alguns ajustes que impactaram o imposto de renda e contribuição social a recolher societários no montante de R\$ 962 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 962 em 31 de dezembro de 2022), o que não foi refletido na contabilidade regulatória em função da Outorgada aplicar os critérios das interpretações técnicas ICPC01 – (R1)/OCPC05.

15.6 Tributos diferidos

Os ajustes identificados entre os tributos diferidos da contabilidade regulatória e a societária, são decorrentes dos impostos de IRPJ/CSLL no valor de R\$ 168.162 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 147.466 em 2022) e PIS/COFINS diferidos no valor de R\$ 172.171 em 31 de dezembro de 2023 (R\$ 152.580 em 2021), onde todos os efeitos são referentes a aplicação do CPC 47 e ICPC 01 (R1) eliminados nas demonstrações regulatórias, incluindo os impactos fiscais reconhecidas sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação. O diferimento do PIS e da COFINS é relativo à 9,25% da receita de construção. A liquidação desta obrigação diferida ocorrerá à medida que a Outorgada receber as contraprestações determinadas no contrato de concessão.

15.7 Receitas e despesas do resultado do exercício

Todas as diferenças apresentadas no resultado do exercício, são geradas em função da Outorgada não adotar na demonstração regulatória o CPC 47 - Receita de contrato com cliente, e com isso, eliminar todos os efeitos provenientes do mesmo, que inclui receitas, custo de construção e imposto diferidos.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

16 Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos conforme contabilidade societária	534.243	463.071
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo de (ICPC 01) / CPC 47 (a)	<u>(261.299)</u>	<u>(200.404)</u>
Saldos conforme contabilidade regulatória	<u>272.944</u>	<u>262.667</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

17 Conciliação do resultado societário e regulatório

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldos conforme contabilidade societária	128.364	99.660
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)/ CPC 47 (a)	<u>(60.895)</u>	<u>(32.503)</u>
Lucro / (prejuízo) do exercício – Regulatório	<u>67.469</u>	<u>67.157</u>

- (a) O efeito é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

18 Eventos subsequentes

Distribuição de dividendos adicionais

Em 25 de março de 2024, conforme a ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação da proposta de distribuição de dividendos adicionais de R\$ 27.772, decorrentes do resultado do exercício.

Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

Conselho de Administração

Augusto Miranda da Paz Júnior

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

José Silva Sobral Neto

Carlos Augusto Leone Piani

Comitê de Auditoria Estatutário

Carlos Augusto Leone Piani

João Alberto da Silva Neto

Tiago de Almeida Noel

Diretoria Executiva

Joseph Zwecker Junior

Diretor Presidente

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor Financeiro / Relação com os Investidores

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Ailton Costa Ferreira
Diretor

Waldênio Pereira de Oliveira
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente

Contador
CRC PE 012996-O-3 S-DF